rumo aos 10 anos

O METALÚRGICO

Órgão oficial do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André e Mauá
Sede Santo André: Rua Gertrudes de Lima, 202 **Fone:** 4993-8999
Sede Mauá: Av. Capitão João, 360 **Fone:** 4555-5500

Metalurgicos.SA.MA
www.metalurgicosantoandre.org.br

Edição 858 | 30 de junho de 2015

Foto: Ilton Barbosa

União do Sindicato, comissão e trabalhadores garante PLR na Paranapanema

Após várias reuniões, o Sindicato e a comissão negociaram com a direção da Paranapanema a proposta da PLR-2015 aprovada por 100% dos trabalhadores presentes na assembleia realizada no dia 24 de junho. Os companheiros já receberam a primeira parcela, de R$ 3.275,00, no dia 26 de junho. Na Federal-Mogul, os trabalhadores aprovaram o acordo da PLR depois que a proposta rejeitada anteriormente foi melhorada. Confira outros acordos fechados nos últimos dias. **Páginas 2 e 3.**

Corrigir erros políticos e econômicos para voltar a garantir emprego para todos

Página 2

5 milhões de trabalhadores sofrem acidente a cada ano

Página 4

Pressão no Senado

As centrais sindicais reúnem-se nesta terça-feira, dia 30, às 15h30, com o presidente do Senado, senador Renan Calheiros (PMDB-AL), para discutir a extensão da política de reajuste do salário mínimo a todas as aposentadorias, aprovada recentemente na Câmara dos Deputados, e o veto presidencial à fórmula 85/95.

Editorial

Corrigir erros políticos e econômicos para voltar a garantir emprego para todos

Toda crise econômica, financeira e política, especialmente as de dimensões nacionais, como a que estamos atravessando, prejudica a perspectiva dos cidadãos, que se sentem inseguros quanto ao futuro imediato. Se preocupam, legitimamente, com o emprego, com as contas que se acumulam, com os desdobramentos e soluções de curto e médio prazos.

Mas é inadmissível que as principais lideranças políticas do país, especialmente aquelas que ocupam cargos importantes nos seus partidos, sejam da base aliada ou da oposição, estimulem o coro do "quanto pior melhor".

As oscilações que o Brasil vive atualmente são fruto de políticas públicas realizadas, corajosamente, pelos governos Lula e Dilma, de melhorar a distribuição de renda, incluir na economia formal mais de 38 milhões de brasileiros, melhorar a oferta de crédito, "nunca antes vista neste País", e conseguir, assim, proteger nossa economia da fúria da crise financeira internacional que banqueiros e financistas nos empurraram a partir de 2008.

A preocupação e o comprometimento dos governos Lula e Dilma estavam alinhados com as análises que só recentemente chegaram ao grande público.

O economista francês Thomas Piketty, por exemplo, escreveu o best seller "O Capital no século XXI", em que mostra que o capitalismo acelera a concentração de renda e que a única alternativa às populações é a decisão dos governos em proteger os mais desamparados, com intervenção direta na fúria acumuladora das elites econômicas, dos banqueiros e dos financistas.

Essa tese foi reforçada recentemente pelo economista britânico Anthony Atkinson no seu livro "Inequality: What Can Be Done?", que poderíamos traduzir: "Desigualdade: O que podemos fazer?", em que propõe que "os Estados garantam emprego e salário à população".

Ou seja, grandes expoentes mundiais confirmam agora o que os governos Lula e Dilma já se esforçam para tornar realidade desde 2003.

É claro que mesmo quando estamos na rota certa, especialmente, num Brasil no qual as elites ainda sentem saudades da escravidão, do coronelismo e do controle a seu favor das riquezas produzidas por todos nós, os erros acontecem e precisam ser corrigidos. Como o governo Dilma está se esforçando para fazer.

Mas temos que corrigir os erros, sem perder o rumo de se proteger a maioria dos cidadãos. Sempre mantendo a perspectiva de estabelecer políticas públicas que garantam o emprego e a renda, como, aliás, fizeram os governos Lula e Dilma com a lei de valorização do salário mínimo, com o Bolsa Família e a extinção da miséria absoluta, conforme reconheceu, inclusive, a Organização das Nações Unidas.

É importante termos consciência de que, para o Brasil continuar dando certo, precisamos corrigir os erros, acabar com a política nefasta de juros altos, que não tem feito nem cócegas na inflação, mas que tem enriquecido muito especulador, e manter a fé em nosso País.

Fé no futuro do Brasil que faz parte do dia a dia dos trabalhadores das cidades e do campo, dos cidadãos mais pobres que ainda sonham em ser incluídos economicamente, através de empregos com salários decentes.

Porque para as elites e seus representantes o que interessa é a concentração de renda, que apregoam através de discursos do "quanto pior melhor".

José Braz Fofão
Presidente em exercício do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André e Mauá

Cícero Martinha
Presidente licenciado do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André e Mauá

O que rola nas fábricas

Federal-Mogul

Diretores Helio Raposão e Aldo: negociação da PLR-2016 começa em janeiro

PLR-2015 tem valor fixo e metas serão base para negociações futuras

Depois da rejeição da proposta anterior pelos trabalhadores, foi fechado o acordo da PLR-2015 na Federal-Mogul. Em assembleia realizada no dia 24 de junho, os companheiros aceitaram a proposta que prevê o total de R$ 4.000,00 a ser pago em duas parcelas, sendo a primeira, de R$ 3.000,00, nesta terça, dia 30, e a segunda, de R$ 1.000,00, no dia 29 de janeiro de 2016, informam os diretores Aldo e Helio Raposão. Os valores das parcelas são fixos.

Esta foi a primeira negociação da PLR com a Federal-Mogul. E mesmo a empresa alegando queda de produção em torno de 30%, o Sindicato e a comissão negociaram uma proposta considerada razoável pelos trabalhadores. Conforme o acordo, já em janeiro de 2016 o Sindicato vai se reunir com a empresa para começar a discutir a PLR-2016. Embora não afetem o valor da PLR-2015, as metas serão divulgadas mensalmente e servirão de parâmetro para as negociações da PLR-2016. O Sindicato parabeniza os membros da comissão e os cipeiros pela contribuição que deram para se chegar ao acordo com a empresa.

|Esquadrias Phenestral| PLR não tem metas

Os trabalhadores da Phenestral vão receber a primeira parcela da PLR-2015 nesta terça, dia 30, e a segunda no dia 30 de dezembro, conforme proposta aprovada em assembleia no dia 23 de junho, informa a diretora Viviane.

|Pellegrini| PLR foi reajustada em 8%

Em assembleia no dia 23 de junho, os companheiros da Pellegrini aprovaram o acordo da PLR-2015 e vão receber o valor em duas parcelas, sendo a primeira no dia 10 de julho e a segunda em 10 de dezembro, informa a diretora Viviane.

|Resafer| Sai acordo da PLR

Os trabalhadores da Resafer vão receber a PLR-2015 em parcela única, no dia 15 de julho, conforme proposta aprovada em assembleia no dia 22 de junho, informa o diretor Manoel Gabriel.

Com mobilização, Sindicato e comissão conquistam PLR para os trabalhadores

Paranapanema

Depois de várias reuniões da PLR-2015 com a direção da Paranapanema, no dia 24 de junho, o Sindicato e a comissão negociaram uma proposta que, levada à assembleia, foi aprovada por 100% dos trabalhadores presentes. De acordo com a proposta, os trabalhadores receberam no dia 26 de junho, a título de antecipação, R$ 3.275,00, informa o diretor Adilson Torres, Sapão. A segunda parcela está condicionada ao atingimento das metas e será paga em meados de fevereiro de 2016. A expectativa é de que a PLR total fique entre R$ 5.500,00 e R$ 6.000,00.

Parabenizamos os trabalhadores pela organização e, em especial, os membros da comissão que, junto com o Sindicato, conquistaram essa PLR.

Ferkoda

Diretor Sapão em assembleia com os trabalhadores da Ferkoda

Companheiros vão folgar na semana do feriado

Conforme proposta aprovada em assembleia no dia 25 de junho, os companheiros da Ferkoda vão folgar no período de 6 a 11 de julho, emendando a semana do feriado de 9 de julho, da Revolução Constitucionalista de 1932. O retorno ao trabalho será na segunda, dia 13.

PLR-2015. O diretor Tiririca informa que na próxima quinta, dia 2, haverá a primeira reunião para discutir a PLR com a empresa.

ACC

Diretores Jacaré e Osmar: PLR foi melhorada após rejeição da 1ª proposta

Trabalhadores aprovam acordo com PLR melhorada

A nova proposta da PLR-2015 foi aprovada por unanimidade pelos trabalhadores da ACC, em assembleia realizada no dia 23 de junho. Após a rejeição da primeira proposta, a empresa voltou a negociar com o Sindicato e a comissão, elevando o valor de R$ 1.000,00 para R$ 1.300,00. O pagamento será feito em duas parcelas, sendo a primeira, de R$ 800,00, no dia 20 de julho, e a segunda, de R$ 500,00, no dia 20 de fevereiro de 2016, informam os diretores Osmar e Jacaré. O Sindicato destaca a importância da atuação dos companheiros Gerson e Rogério, da comissão, em todo o processo de negociação até o fechamento do acordo.

Lubel

Trabalhadores da Lubel em assembleia de votação da PLR

PLR será paga em duas parcelas iguais

Em assembleia no dia 24 de junho, os companheiros da Lubel aprovaram a proposta da PLR-2015, e vão receber em duas parcelas, sendo a primeira no dia 30 de junho e a segunda, atrelada a metas, no dia 10 de janeiro de 2016, informa o diretor Aldo.

|Keiper| Trabalhadores entram no sétimo dia de greve por PLR

Nesta terça, dia 30, sétimo dia de greve dos trabalhadores da Keiper, terá audiência de conciliação no TRT (Tribunal Regional do Trabalho), em São Paulo, às 13h30. Os companheiros entraram em greve no dia 24 de junho ao rejeitar a segunda proposta da PLR-2015 apresentada pela empresa, que entrou com pedido de dissídio no Tribunal.

O diretor Geovane informa que, nesta quarta, dia 1º, o Sindicato fará uma assembleia com os trabalhadores para informar o resultado da audiência no TRT e discutir os rumos da mobilização pela PLR.

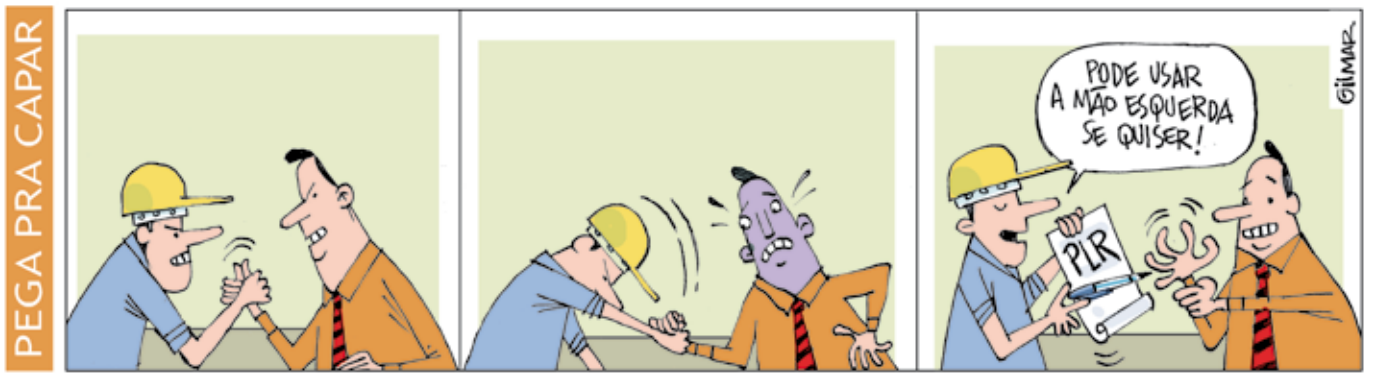
|BSB| PLR é sem metas

Os trabalhadores da BSB recebem a PLR-2015 nesta terça-feira, dia 30, conforme proposta aprovada em assembleia no dia 24 de junho, informa o diretor Aldo.

Sindicalize-se

Dia 30/6	Delta MM
Dia 1/7	Unifer 2000
Dia 2/7	CCF
Dia 3/7	Perconligas
Dia 6/7	Novelis
Dia 7/7	BSB
Dia 8/7	Lubel

Não fique só. Fique sócio.



5 milhões de trabalhadores sofrem acidente a cada ano

Entre 2012 e 2013, 4,948 milhões de trabalhadores sofreram algum tipo de acidente de trabalho, segundo a Pesquisa Nacional de Saúde, do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Esse dado representa seis vezes mais que o número de acidentes de trabalho divulgado pela Previdência Social, de 718 mil casos em 2013. Do total de acidentados detectado pelo IBGE, 613 mil pessoas deixaram de exercer qualquer atividade e 1,627 milhão tiveram sequela ou incapacidade.

Uma das explicações para a discrepância entre o dado do IBGE e o da Previdência Social é que os casos em que não há afastamento do acidentado raramente são notificados. Além disso, os acidentes notificados ao governo referem-se apenas aos assalariados com carteira assinada.

"Os acidentes atingem 3,4% da população de 18 anos ou mais", afirmou Deborah Malta, diretora do Departamento de Vigilância de Doenças e Agravos Não Transmissíveis e Promoção da Saúde do Ministério da Saúde, que fez a pesquisa em parceria com o IBGE.

Perfil. Com 3,493 milhões de casos, os homens são mais atingidos por acidentes de trabalho que as mulheres (1,456 milhão). Por escolaridade, os trabalhadores sem instrução ou fundamental incompleto (1,744 milhão de casos) e os trabalhadores com ensino médio completo ou superior incompleto (1,791 milhão) são os que mais sofreram acidentes, segundo o IBGE.

Tipo de acidente
(em milhões)

No trabalho
3,062

No trajeto
1,441

No trânsito trabalhando
0,445

Sindicato luta por ambiente de trabalho mais seguro

Visando a proteção aos trabalhadores, o Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André e Mauá atua sistematicamente para cobrar das empresas medidas que tornem o ambiente de trabalho mais seguro e também a emissão correta de CAT (Comunicação de Acidente de Trabalho). Se na empresa em que você trabalha ocorrer um acidente, informe ao Sindicato.

Jurídico

Direitos do trabalhador quando empresa e INSS não se entendem sobre sua alta médica

Um trabalhador afastado que recebe benefício por incapacidade, tanto auxílio-acidente quanto auxílio-doença, após um determinado período, recebe alta médica de perito do INSS que o considera apto para o trabalho. No entanto, o médico da empresa considera-o inapto ao trabalho. O que fazer diante desse impasse?

Esse tipo de situação ocorre mais frequentemente do que se imagina, deixando o trabalhador em total desamparo, pois o médico da empresa o reencaminha ao INSS com um novo pedido de benefício por considerá-lo inapto ao trabalho. Porém, o perito do INSS nega o pedido, alegando que o trabalhador está apto a realizar suas funções. E assim o jogo do empurra vai se repetindo, sem que o trabalhador receba nem seus salários da empresa nem o benefício do INSS.

A Justiça do Trabalho vem pacificando as decisões em relação a essa situação, inclusive condenando as empresas ao pagamento dos salários desde a alta do INSS até seu retorno ao trabalho.

Isso está previsto também na Convenção Coletiva do Trabalho da nossa categoria, pois, ao recusar a alta médica do trabalhador decidida pelo INSS, a empresa terá de se responsabilizar pelo pagamento dos salários do período em que ele ficou afastado sem receber o benefício.

Para o Departamento Jurídico do Sindicato, a empresa tem a responsabilidade de readaptar o trabalhador a funções compatíveis com sua capacidade laborativa, com direito ao recebimento do salário ou do benefício do INSS.

Trabalhador, caso esteja passando por uma situação como essa, procure o Departamento Jurídico do Sindicato que está à disposição para orientá-lo.

O METALÚRGICO

Órgão oficial do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André e Mauá
Presidente em exercício: José Braz Fofão **Presidente licenciado:** Cícero Martinha **Diretor responsável:** Osmar Cesar Fernandes
Jornalista responsável: Marina Takiishi MTb 13.404 **Projeto gráfico e ilustrações:** Rodrigo da Cunha Lima